

Am
S
or

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

O ano de 2013 foi um ano de recuperação económica e de recuperação dos mercados de capitais. A economia global continuou a acelerar o seu ritmo de crescimento, depois da crise financeira de 2008 e da crise das dívidas soberanas europeias em 2011. Os principais beneficiados foram os países desenvolvidos como os Estados Unidos com um crescimento do GDP de 1.90%, a Zona Euro, apesar de um crescimento ainda negativo (-0.5%) já numa trajetória de recuperação e o Japão com um crescimento de 1.5%. Os mercados emergentes tiveram um comportamento desapontante, pelo menos a partir dos níveis a que os investidores estavam habituados nos últimos anos. A China manteve um crescimento em torno dos 7.7%, enquanto que países como a Rússia (1.3%), Índia (4.5%) e Brasil (2.2%) ou México (1.1%) tiveram um comportamento menos fulgurante.

Mas 2013 foi também o ano em que os receios de desagregação da Zona Euro se esbateram, com os programas dos países em assistência a correrem dentro do previsto, satisfazendo ou até superando as metas estabelecidas em termos de correção dos desvios orçamentais e de contas externas. Portugal conseguiu por exemplo um saldo da balança de transações correntes positivo, algo que não conseguia há mais de 40 anos. Os níveis de desemprego na periferia da Europa também começaram a estabilizar ou mesmo descer, enquanto que os juros da dívida destes países

em mercado secundário e primário descenderam dos níveis extremos de 2011. No final de 2012, o yield da dívida pública Espanhola acabou em 5.2% enquanto que em 2013 esse mesmo yield era de 4.1%.

As perspetivas no final de 2013 são de uma continuação da aceleração do crescimento económico mundial, com o crescimento do GDP a passar de 2.08% (2013) para 2.81% (2014).

Mercado de Capitais

Os mercados de Acções tiveram um comportamento genericamente muito positivo durante o ano de 2013, como índice S&P500 a valorizar 29.60%, o DAX 25.4% e o Nikkey 225 56.7%. As matérias primas como o Ouro tiveram um comportamento oposto, com uma queda de -28% no metal precioso, e de -5.7% no complexo de todas as matérias primas (índice CRB).

As obrigações corporate investment grade e high yield continuaram a sua boa performance com os spreads da dívida high yield europeia a contraírem de 482 bps para 286 bps (5 anos de maturidade). Os yields corporate investment grade ultrapassaram a média histórica (105 bps vs 145 bps), embora o mínimo seja de 35 bps.

As taxas de juro nos Estado Unidos (Treasuries 10 anos) subiram de 1.75% para 3%, enquanto que o Bund Alemão passou de 1.31% para 1.93%. Ao mesmo tempo, a dívida de mercados emergentes sofreu com o discurso menos expansionista por parte da Reserva Federal, com o ETF de Obrigações soberanas emergentes (Ishares JP Morgan Emerging Market Debt) a sofrer uma queda de -11.9%.

Em termos cambiais, o Euro valorizou contra o US Dollar, de 1.3193 para 1.3747, no seguimento da melhoria das condições económicas na Zona Euro, enquanto que as moedas emergentes tiveram genericamente uma desvalorização contra o US dólar (o Real de 2.05 para 2.36 e o Peso Mexicano de 12.85 para 13.03).

ATIVIDADE

A atividade da Golden Assets desenvolveu-se durante o ano de 2013 de forma globalmente positiva, embora num ambiente de maior concorrência e já concretizando uma estratégia de crescimento específica. Esta estratégia de crescimento passa por um forte investimento em novos recursos humanos e materiais, com abertura de novas instalações próprias em Lisboa e com uma

Ass
g.
~

aposta na dinamização de uma nova linha de negócio que consiste, no âmbito da prestação de serviços de “advising”, de um aconselhamento personalizado específico, que procura corresponder ao conceito de “*family office consulting*”. Neste sentido, aproveitou-se a oportunidade para, no processo de cessação de atividade de uma sociedade financeira, adquirir a marca “Foco”, já conhecida do mercado, em simultâneo com a integração de grande parte da equipa responsável pelo seu apoio, bem como a angariação da quase totalidade dos clientes dessa sociedade. O esforço financeiro resultante deste investimento teve que ser reconhecido parcialmente em 2013, o que necessariamente agravou os custos, mas estima-se que os efeitos positivos nos proveitos, ainda de menor expressão em 2013, far-se-ão refletir crescentemente nos próximos anos.

No que concerne aos valores sob gestão, estes diminuíram relativamente a 2012, de 605.954.918 euros para 528.630.520 euros (-13%); contudo, há que referir o aumento dos valores relativos ao aconselhamento de “advising” e “*family office consulting*”, que aumentaram de 20.756.899 euros em 2012 para 161.329.606 euros em 2013 (+677%). Englobando estas duas parcelas, o volume total da carteira de clientes aumentou relativamente a 2012, de 626.711.817 euros para 688.349.754 euros, o que traduz um incremento de 8,95%. Contudo, no que concerne às comissões cobradas, o valor foi de 3.766.479,70€, inferior ao verificado em 2012 em 16% (4.504.608,62€), fruto da redução de preços imposta pelo já mencionado aumento de concorrência. Neste contexto, de redução de margens e de incremento global de custos, o produto bancário desceu cerca de 37% comparativamente ao ano anterior. Realce-se, no entanto, que os custos globais se encontram afetados pela aquisição dos recursos de apoio à nova linha de negócio supra referida, sendo de notar que, comparativamente a 2012, a desagregação dos custos revela que a parcela relativa ao Pessoal se reduziu em 27% e a parcela relativa a Gastos Gerais e Administrativos se reduziu em 25%. Decorrente do exposto naturalmente que a Golden Assets, obteve resultados piores do que em 2012, ou seja, um resultado líquido positivo de 10.341 €. Não tendo havido alterações no capital social, este valor implica um resultado por ação de dez cêntimos.

Na vertente comercial, a atividade de gestão de carteira manteve o foco na captação de novos clientes, com uma oferta de investimento diversificada e adequada às necessidades individuais de cada cliente (Gestão Personalizada e Perfis de Investimento). Além disso, o reforço da área de “advising” e o início do serviço de “*family office consulting*” começaram a produzir efeitos em finais de 2013, antevendo um bom desempenho para o futuro.

No que toca ao *compliance* e controlo de risco, esta importante função corresponde a uma área orgânica específica, dotada de um colaborador responsável exclusivamente afeto a essa atividade que a executa de modo independente, garantindo-se deste modo a autonomia funcional e a prevenção de conflitos de interesses tal como é exigido pelas disposições legais aplicáveis. Durante o ano de 2013 continuou-se a política de desenvolvimento, implementação e reforço de sistemas e procedimentos de controlo da atividade levada a cabo pela sociedade, de modo a garantir a adequação desses procedimentos não só às disposições legais vigentes, como também às exigências de controlo ditadas por uma política de reforço da qualidade e da sustentabilidade das estruturas (técnicas e humanas) da sociedade.

A este nível a sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Igualmente deu-se continuidade ao estabelecimento de procedimentos de definição, mensuração e controlo dos riscos de atividade em que incorre a sociedade, em especial do risco operacional.

Conexa com a atividade de *compliance* e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2013 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna e externa sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o ano de 2013 procedeu-se a uma recomposição do Conselho de Administração, sendo que desde maio este órgão societário passou a estar integralmente preenchido com pessoas independentes dos acionistas, com um currículo profissional de alto nível e adequado às atividades desempenhadas pela sociedade. Com esta recomposição procurou-se um alinhamento com as melhores práticas de *corporate governance* que preceituam uma separação de funções entre quem exerce o controlo acionista e quem assume as responsabilidades executivas de gestão.

PERSPETIVAS

Em 2014 a Golden Assets estima que a aposta realizada na captação de novos recursos humanos e materiais se irá traduzir um incremento dos proveitos, quer pelo reforço dos montantes sob gestão de atuais clientes, quer pela entrada de novos clientes, institucionais e particulares. O incremento dos proveitos esperados, a par do controlo sistemático de custos, deverá permitir que a Golden Assets em 2014 continue a apresentar resultados positivos.

A disponibilização de novas instalações próprias na cidade de Lisboa, em zona de elevado prestígio, é um símbolo da ambição de crescer de uma forma sustentada em todo o território nacional, sendo que a expansão dos serviços de “*advising*” e de “*family office consulting*” irá permitir o acesso a novos segmentos de mercado com grande potencial de crescimento.

A Golden Assets, mantendo a discrição própria do Grupo Golden, irá procurar tornar mais conhecido o elevado rigor e profissionalismo dos serviços prestados na área da gestão de fortunas, em todas as suas modalidades, permitindo que os seus clientes beneficiem da seleção das estratégias de investimento mais adequadas e de acompanhamento personalizado.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 10.341,24 € da seguinte forma:

- Reserva legal (10%): 1.034€,12
- Resultados transitados: 9.307,12€

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

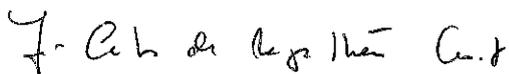
Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

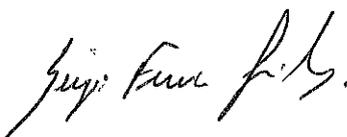
Porto, 21 de março de 2014

O Conselho de Administração



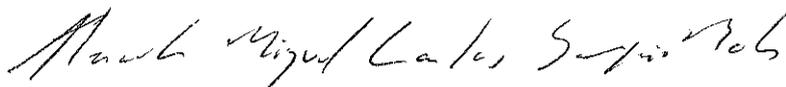
João Carlos de Magalhães Correia de Matos

Presidente



Sérgio Ferreira da Silva

Vogal



Alexandre Miguel Canelas Sampaio Mota

Vogal

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer ações da sociedade e que não efetuaram qualquer transação durante o exercício de 2013.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do código das sociedades comerciais, à data de encerramento do exercício de 2013, é a seguinte a posição acionista:

ACIONISTA	N.º AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	53.200	53,20%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.100	10,10%

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares		19.353	32.353
Juros e encargos similares		(291)	(48)
Margem financeira		<u>19.062</u>	<u>32.305</u>
Rendimentos de serviços e comissões	11 e 12	3.766.480	4.504.609
Encargos com serviços e comissões	13	(2.478.268)	(2.354.270)
Resultados de reavaliação cambial		8.246	25.878
Outros resultados de exploração	17	87.043	14.138
Produto bancário		<u>1.402.563</u>	<u>2.222.659</u>
Custos com o pessoal	14 e 15	(541.196)	(746.373)
Gastos gerais administrativos	16	(769.555)	(1.026.831)
Amortizações do exercício	5	(47.739)	(57.357)
Resultado antes de impostos		<u>44.073</u>	<u>392.099</u>
Impostos			
Correntes	6	(33.732)	(151.666)
Resultado do exercício		<u>10.341</u>	<u>240.433</u>
Resultados por acção			
Básico	19	0,10	2,40
Diluído	19	0,10	2,40

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

João Carlos de Regalado Costa
António Miguel Lourenço Sousa
Guilherme Faria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2013	2012
Resultado líquido do exercício		10.341	240.433
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	4	614	11.401
Total do rendimento integral do exercício		<u>10.955</u>	<u>251.834</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

João Carlos de Regalado Costa
Presidente do Conselho de Administração
Georgina Viana

GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

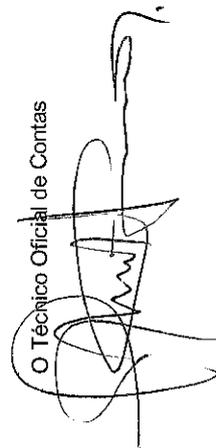
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	500.000	125.000	(14.745)	477.846	429.898	1.517.999
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	11.401	-	-	11.401
Aplicação do resultado do exercício de 2011:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	429.898	(429.898)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	-	240.433	240.433
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	500.000	125.000	(3.344)	907.745	240.433	1.769.835
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda	-	-	614	-	-	614
Aplicação do resultado do exercício de 2012:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	240.433	(240.433)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-	10.341	10.341
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	500.000	125.000	(2.730)	1.148.178	10.341	1.780.789

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

João Carlos de Aguiar Costa
António Miguel Lourenço Soares
Luís Francisco

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)	2013	2012
Actividades Operacionais:		
Juros e rendimentos recebidos	3.427.793	4.595.951
Juros e encargos similares pagos	(2.797.205)	(2.370.555)
Pagamentos ao pessoal	(554.373)	(625.363)
Recebimentos / (Pagamentos) de impostos	(103.425)	(245.952)
Fluxo das operações bancárias	17.594	25.878
Outros recebimentos e (pagamentos) de exploração	(284.066)	(1.011.095)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(293.683)	368.864
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros disponíveis para venda	1.573	250.595
Aplicações em instituições de crédito	637.295	(300.000)
Outros activos	(175.478)	(32.200)
Fluxo líquido provenientes dos activos operacionais	463.390	(81.605)
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	(3.681)	(274.923)
Fluxo líquido provenientes dos passivos operacionais	(3.681)	(274.923)
Fluxos das actividades operacionais (1)	166.026	12.336
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(12.073)	(152.156)
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	-	2.650
Fluxos das actividades de investimento (2)	(12.073)	(149.506)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	153.953	(137.170)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	90.032	227.202
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	243.984	90.032

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

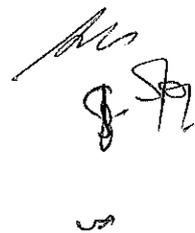
O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Foi lido e aprovado
Marta Mijo Martins Gomes
Luís F. F.

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS. S.A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Montantes expressos em Euros)

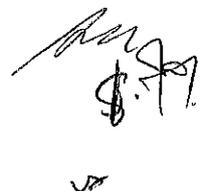


2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.252	2.081
Disponibilidades em outras instituições de crédito	242.732	87.951
Caixa e seus equivalentes	<u>243.984</u>	<u>90.032</u>
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	<u>162.705</u>	<u>800.000</u>
Disponibilidades constantes do balanço	<u>406.689</u>	<u>890.032</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.



NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A. (adiante designada por “GOLDEN ASSETS” ou “Sociedade”) foi constituída em 21 de março de 1991, sob a forma de sociedade anónima, tendo por objeto social a administração de valores mobiliários propriedade de terceiros e a prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, n.º 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade encontra-se sob supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 18/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Durante o exercício de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

As normas (novas ou revistas) e interpretações, aplicáveis à atividade do Grupo Golden e refletidas nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2013, foram as seguintes:

- IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Apresentação de rubricas na Demonstração de Rendimento Integral (alteração): esta norma foi revista para esclarecer a apresentação das várias rubricas incluídas na Demonstração de Rendimento Integral e possibilitar a distinção de entre os saldos dessas rubricas quais os que podem posteriormente ser reclassificados para resultados do exercício. Adicionalmente, a Demonstração do Rendimento Integral passa a denominar-se Demonstração dos Resultados e Outro Rendimento Integral. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de julho de 2012.
- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações (alteração): a revisão desta norma vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração ao justo valor: esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

O efeito nas demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

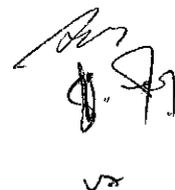


Em 31 de dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adotadas pela União Europeia:

- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração): esta norma foi revista para restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (alteração): foram introduzidas alterações a esta norma para garantir a consistência com as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (alteração): a revisão desta norma clarifica determinados aspetos relativos à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IAS 36 – Imparidade: esta norma foi alterada no sentido de eliminar os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor deduzido dos custos de venda. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração: esta alteração vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, nesta matéria, a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que se refere à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IFRS 11 – Acordos conjuntos: esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades: esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas e IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades: foram introduzidas alterações nestas normas no sentido de dispensar a consolidação de determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

Estas alterações, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.



Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NCA's, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuado através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros

i.1) Contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços. No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

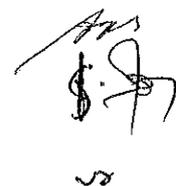
Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento:	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	3 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de amortização. São obtidas regularmente avaliações para determinar se o património artístico pode estar em imparidade. Caso seja aplicável, estas avaliações determinam o correspondente registo de imparidade na demonstração de resultados.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em média corresponde a um período de três anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração do rendimento integral e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2013.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

g) Comissões

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão e de consultoria, registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

A Sociedade auferes uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

- (i) componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
- (ii) componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

h) Rubricas extrapatrimoniais

A atividade da Sociedade, gestão contratada de ativos, encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais. Estas rubricas referem-se, essencialmente, às carteiras de ativos geridas pela Sociedade. Estas carteiras, para além de disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento, ações e obrigações. As ações e obrigações são valorizadas de acordo com as respetivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nos preços disponibilizados pelas respetivas Sociedade Gestoras (Nota 21).

i) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

j) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

k) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

l) Rédito e especialização de exercícios

Na sua atividade de gestão de patrimónios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado (respetivamente), sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Sociedade.

m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica diz respeito a depósitos à ordem junto de instituições de crédito nacionais, e tem a seguinte composição:

	2013	2012
Banco Espírito Santo, S.A.	231.834	85.771
Banco Comercial Português, S.A.	10.898	2.180
	<u>242.732</u>	<u>87.951</u>

3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica era constituída por um depósito a prazo, no Banco Espírito Santo, S.A., no montante de 162.705 Euros. Este depósito a prazo rende juros a uma taxa fixa de 1,9% e tem o seu vencimento em Abril de 2014.

Este depósito a prazo serve de colateral de uma garantia bancária, emitida para efeitos de reembolsos do IVA.

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo no montante de 400.000 Euros cada. O primeiro, na instituição financeira Banco Comercial Português, rendia juros a uma taxa fixa de 3,65% e tinha o seu vencimento em outubro e dezembro de 2013. O segundo, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A., o qual rendia juros a uma taxa média de 2,86% e tinha o seu vencimento em Abril de 2013.

4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2013	Valor de balanço 31.12.2013	Valor de balanço 31.12.2012	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro - OT 4,375% 2007/2014	5.000.000	0,01€	-	-	50.747	50.000
Obrigações do Tesouro - OT 4,35% 2010/2017	5.000.000	0,01€	99,655%	49.828	-	49.375
				<u>49.828</u>	<u>50.747</u>	

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as Obrigações do Tesouro OT 4,35 10/2017 e as Obrigações do Tesouro 4,375% 2007/2014, respetivamente, estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 21).

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento nos "Outros ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis", bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2013					
Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<u>Activos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	<u>62.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.571</u>
<u>Activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	346.572	148	-	-	347.990
Equipamento de transporte	24.600	-	-	-	24.600
Equipamento	223.353	10.655	-	-	234.008
Património artístico	215.175	-	-	-	215.175
	<u>809.700</u>	<u>12.073</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>821.773</u>
	<u>872.271</u>	<u>12.073</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>884.344</u>
2013					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<u>Activos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	62.571	-	-	-	62.571
	<u>62.571</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.571</u>
<u>Activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	179.887	25.353	-	-	205.240
Equipamento de transporte	6.150	6.150	-	-	12.300
Equipamento	191.827	16.235	-	-	208.062
	<u>377.864</u>	<u>47.739</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>425.602</u>
	<u>440.435</u>	<u>47.739</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>488.173</u>
2012					
Activo bruto					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<u>Activos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	65.220	-	-	(2.650)	62.571
	<u>65.220</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.650)</u>	<u>62.571</u>
<u>Activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	345.067	1.505	-	-	346.572
Equipamento de transporte	-	24.600	-	-	24.600
Equipamento	204.302	30.260	-	(11.209)	223.353
Património artístico	108.175	107.000	-	-	215.175
	<u>657.544</u>	<u>163.365</u>	<u>-</u>	<u>(11.209)</u>	<u>809.700</u>
	<u>722.764</u>	<u>163.365</u>	<u>-</u>	<u>(11.209)</u>	<u>872.271</u>
2012					
Amortizações e perdas de imparidade					
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<u>Activos intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	63.383	1.838	-	(2.650)	62.571
	<u>63.383</u>	<u>1.838</u>	<u>-</u>	<u>(2.650)</u>	<u>62.571</u>
<u>Activos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	146.019	33.868	-	-	179.887
Equipamento de transporte	-	6.150	-	-	6.150
Equipamento	187.534	15.501	-	(11.209)	191.827
	<u>333.553</u>	<u>55.519</u>	<u>-</u>	<u>(11.209)</u>	<u>377.863</u>
	<u>396.936</u>	<u>57.357</u>	<u>-</u>	<u>(11.209)</u>	<u>440.435</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos por impostos correntes são como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Pagamento por conta/Pagamento especial por conta	88.980	137.220
	<u>88.980</u>	<u>137.220</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	33.732	151.666
	<u>33.732</u>	<u>151.666</u>

Nos exercícios de 2013 e 2012, a Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama sendo a taxa de imposto agregada de 26,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser demonstrada como segue:

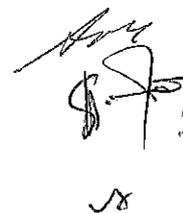
	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultados antes de impostos		44.073		392.099
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	11.679	26,50%	103.906
Tributação autónoma		22.407		46.865
Outros		(354)		895
Imposto apurado com base na taxa efectiva	76,54%	<u>33.732</u>	38,68%	<u>151.666</u>
Do qual:				
- Imposto corrente		33.732		151.666

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2013 não existiam prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Devedores diversos:</u>		
Cientes	780.074	243.372
Notas de créditos a clientes	(502)	-
	<u>779.572</u>	<u>243.372</u>
<u>Proveitos a receber</u>		
Comissões a receber	234.251	412.038
Obrigações do tesouro	453	1.183
Juros a receber	910	1.781
	<u>235.614</u>	<u>415.002</u>
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Seguros	4.699	6.251
Rendas	15.862	15.168
Outros	258.243	15.049
	<u>278.803</u>	<u>36.468</u>
<u>Outros activos - Sector Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar	359.139	183.661
	<u>1.653.128</u>	<u>878.504</u>

O saldo da rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2013 refere-se, essencialmente, às comissões devidas pelos mesmos relativamente a prestações de serviços efetuadas durante o mês de dezembro, as quais foram recebidas durante os primeiros dias de 2014 (Nota 1.2.g).

O saldo da rubrica “Comissões a receber” em 31 de dezembro de 2013 refere-se, às comissões especializadas mas ainda não faturadas aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Fornecedores e outros credores</u>		
Fornecedores	517.149	120.581
	<u>517.149</u>	<u>120.581</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Remunerações	83.769	96.946
Comissões	140.480	215.933
Encargos gerais administrativos	13.903	12.527
	<u>238.152</u>	<u>325.406</u>
<u>Outras contas de regularização</u>	441	-
<u>Outras exigibilidades - sector público administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	11.320	9.469
Contribuições para a Segurança Social	13.213	11.383
	<u>24.532</u>	<u>20.851</u>
	<u>780.274</u>	<u>466.839</u>

O saldo da rubrica “Fornecedores” tem maturidade até 3 meses.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

8. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Sociedade era representado por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

9. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas, em exercícios anteriores, pelos acionistas da Sociedade, no montante de 125.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o capital próprio da Sociedade, após essa restituição, não ficar inferior ao somatório do capital social e reserva legal.

10. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reserva legal	175.373	151.330
Resultados transitados	972.805	756.415
	<u>1.148.178</u>	<u>907.745</u>

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de Março de 2013 aprovou a transferência do resultado líquido do exercício de 2012 para "Outras reservas e resultados transitados" como segue:

Reserva legal	24.043
Resultados transitados	216.390
	<u>240.433</u>

O montante de 614 Euros registado como variação no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor" diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4).

11. RENDIMENTOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Sendo o objecto social da Sociedade a administração de bens por conta de terceiros e a prestação de consultoria em matéria de investimento, estes proveitos, registados sob a forma de comissões, representam aproximadamente 97% e 98% respetivamente, do total de proveitos imputados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

As comissões cobradas incidem sobre uma base representativa da carteira de cada cliente valorizada de acordo com os princípios acordados entre as partes. Desta forma, para efeitos de cálculo da comissão de gestão, os ativos que compõem as carteiras dos clientes são valorizados de acordo com o Aviso nº 3/04 de 23 de Junho, aplicável às sociedades gestoras de patrimónios (Notas 1.2 g) e h)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comissões de gestão fixas	2.177.764	2.490.671
Comissões de gestão variáveis	1.254.020	1.991.351
Comissões relativas a serviços de consultoria	334.696	22.586
	<u>3.766.480</u>	<u>4.504.609</u>

12. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram prestados, maioritariamente, a clientes institucionais sedeados no mercado angolano (aproximadamente 85% e 90% das comissões totais, respetivamente).

13. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Comissões	2.453.506	2.346.684
Serviços bancários	24.762	7.586
	<u>2.478.268</u>	<u>2.354.270</u>

14. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 15)	177.750	199.500
Remunerações dos colaboradores	260.967	416.342
Encargos sociais obrigatórios	102.119	124.561
Outros custos com pessoal	360	5.970
	<u>541.196</u>	<u>746.373</u>

O número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade encontrava-se repartido da seguinte forma:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores - Executivos	2	3
Directores	2	2
Pessoal técnico	9	6
Pessoal administrativo	2	2
	<u>15</u>	<u>13</u>

15. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração ascenderam a 177.750 Euros e 199.500 Euros, respetivamente (Nota 14).

As remunerações brutas liquidadas (exceto subsídio de refeição) aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser discriminadas como segue:

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

	2013			2012		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Fernando Pereira	33.750	-	33.750	105.000	-	105.000
Alfredo Menezes	18.000	-	18.000	55.250	-	55.250
Helena Coelho	18.000	-	18.000	-	-	-
João Carlos Correia	56.000	-	56.000	-	-	-
Sérgio Silva	52.000	-	52.000	-	-	-
António Pedro Azevedo	-	-	-	15.750	23.500	39.250
	<u>177.750</u>	<u>-</u>	<u>177.750</u>	<u>176.000</u>	<u>23.500</u>	<u>199.500</u>

O Fiscal Único da Sociedade é a Patrício, Moreira & Valente, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2013 e ao longo do exercício, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

16. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços especializados	266.170	261.837
Rendas e alugueres (Nota 18)	197.844	157.779
Deslocações e estadas	121.209	212.752
Rendas de locação operacional	51.785	55.067
Comunicações	34.164	42.488
Publicidade	32.721	223.022
Outros	65.662	73.886
	<u>769.555</u>	<u>1.026.831</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 249.629 Euros (212.846 Euros em 31 de dezembro de 2012) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Empresa age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Empresa tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	2013	2012
Vencíveis em		
N+1 renovável automaticamente	120.000	120.000
N+1	109.852	88.539
N+2	49.052	51.279
N+3	29.726	16.386
N+4	46.781	16.159
N+5	12.168	37.314
Após N+5	-	-
	<u>367.578</u>	<u>329.678</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica pode ser desagregada como segue:

	2013	2012
Contribuições para o sistema de indemnizações	(2.500)	(2.500)
Outros custos	(4.038)	(19.872)
	<u>(6.538)</u>	<u>(22.372)</u>
Cedências de pessoal (Nota 18)	36.000	36.000
Outros ganhos e rendimentos	57.581	510
	<u>93.581</u>	<u>36.510</u>
Outros resultados de exploração	<u>87.043</u>	<u>14.138</u>

18. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives, outras sociedades com acionistas comuns e com sociedades relacionadas foram como segue:

	31.12.2013									
	Solid Assets	Golden Broker	NN Consulting	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda	Monte Nogueiró	UPFINANCE	GRUPS	Vintageburgo	Vasco Freitas
Rendas e alugueres (Nota 18)	(20.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	-	(37.500)	-	-	-	-	-
Comissões suportadas	-	(26.544)	(6.326)	(60.300)	-	(3.000)	(7.853)	(1.000)	(19.110,06)	(66.534)
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões recebidas	-	50.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	31.12.2012				
	Solid Assets	Golden Broker	Monte Nogueiró	GNI Events	Golden Corporate - Consultores, Lda
Rendas e alugueres (Nota 18)	(20.000)	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(6.000)	-	-	-
Comissões suportadas	-	(167.304)	(200.500)	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	36.000	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	9.000	25.500

19. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2013	2012
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	10.341	240.433
Número médio ponderado de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	0,10	2,40
Diluído	0,10	2,40

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 25 de março de 2014. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

21. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	52.330	54.132
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2 h)	<u>528.630.520</u>	<u>605.954.918</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado ascende a 49.828 Euros e 50.747 Euros, respetivamente (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos geridos pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundos de investimento mobiliário	328.427.895	305.963.959
Depósitos a prazo (*)	119.472.813	287.892.697
Obrigações	6.487.331	7.642.624
Acções	2.160.477	483.240
Outros	72.082.005	3.972.397
	<u>528.630.520</u>	<u>605.954.918</u>

(*) Inclui papel comercial do BES no valor de 55.655.112 Euros.

Estes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2.h) à exceção das obrigações perpétuas BANIF Float 12/49 que estão valorizadas ao seu valor nominal.

A totalidade dos depósitos a prazo de clientes geridos pela Sociedade está depositada em instituições financeiras sediadas em Portugal, essencialmente no Millennium BCP (aproximadamente 26 milhões de Euros) e no Banco Espírito Santo (aproximadamente 88 milhões de Euros).

GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as carteiras geridas pela Sociedade incluem, essencialmente, aplicações nos seguintes fundos de investimentos mobiliários:

Título	2013			2012		
	Quantidade	Valor unitário	Total	Quantidade	Valor unitário	Total
Atmosphere Value (USD)	3.726.255	64,45	240.149.061	3.726.255	66,64	248.304.051
Atmosphere Focus (USD)	270.061	65,62	17.722.057	270.061	69,88	18.871.905
Atmosphere Select (USD)	543.508	69,18	37.601.380	99.955	73,19	7.315.942
Atmosphere Low Vol	55.109	110,10	6.067.508	-	-	-
Atmosphere Select (EUR)	35.417	121,45	4.301.388	26.263	101,14	2.656.216
Atmosphere Focus (EUR)	34.482	109,97	3.792.021	36.273	98,96	3.589.556
Silk African Food	8.500	861,03	7.318.715	8.500	757,92	6.442.322
Atmosphere Growth (USD)	-	-	-	247.619	47,37	11.729.724
Atmosphere Value (EUR)	-	-	-	46.250	106,62	4.931.150
Atmosphere Algo (EUR)	-	-	-	14.972	96,71	1.447.909

Estes fundos estão sediados nas ilhas Cayman sendo as funções de banco depositário desempenhadas pelo Banque Privée Edmond de Rothschild.

Estes fundos são auditados e os correspondentes relatórios de auditoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão em fase de conclusão.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

J. Carlos de Aguiar Co. J.
Georges Kone P. B.
Alexandre Miguel / Carlos Gonçalves

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden Assets mantém-se idêntica à que foi aprovada em 28 de Março de 2013, e já objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2012. Por esse motivo, procede-se de seguida, para os efeitos previstos para as normas legais aplicáveis, à divulgação da mencionada Política de Remuneração que faz parte integrante, como anexo, do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2013.

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO
DA GOLDEN ASSETS – SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da **GOLDEN ASSETS – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.** (Golden Assets).

I - Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Assets tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Assets;
- no estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Assets.

No que diz respeito ao responsável pelo *Compliance*, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Assets.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Assets deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

II – Política de Remuneração da Golden Assets

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a) Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da sociedade e do Grupo onde se insere;
- b) Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c) Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d) Prossecução dos interesses dos clientes;
- e) Competitividade face às práticas de mercado;
- f) Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g) Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h) Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

Desempenho

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- pela sociedade Gestora;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Competitividade

A Golden Assets procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Assets tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e *know how* capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

Estratégia

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Assets, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

Alinhamento com os Acionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade Gestora.

Controlo do Risco

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a Gestora e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

III - Componentes da remuneração

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a Gestora se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e não executivas;

- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente do Conselho, com funções executivas, é avaliado por um comité de acionistas; os restantes membros com funções executivas são avaliados por um comité de acionistas e pelo Presidente do Conselho de Administração;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

Remuneração Fixa:

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela Assembleia Geral.

Remuneração Variável:

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
 - i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra;
 - ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;

- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de Grupo com a Golden Assets

Os montantes pagos aos administradores em 2013, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 76.837 Euros.

IV. Benefícios

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.

V. Aspetos complementares

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que durante o ano 2014 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

VI. Comité de Acionistas

É a seguinte a composição do Comité de Acionistas:

Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira;
Alfredo Manuel Pinto Menezes;
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

Porto, 31 de março de 2014



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a atividade da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., durante o exercício de dois mil e treze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2013, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 25 de Março de 2014

O Fiscal Único

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
Representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC nº 1034)



JV.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 2.594.795 euros e um total de capital próprio de 1.780.789 euros, incluindo um resultado líquido de 10.341 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor, tal como adotadas pela União Europeia, com as exceções referidas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

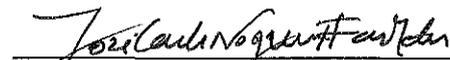
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios geralmente aceites.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 25 de Março de 2014



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
Representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC nº 1034)

GOLDEN ASSETS - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
Avenida da Boavista, 3521, Sala 108 (Edifício Aviz)
4100-139 PORTO CAE: 65230 NIF: 502 538 430
Mat. 55 541 de 2000.03.23 em PORTO Cap: EUR 500.000

ACTAS

ATA N.º 47

Folha 46

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e catorze, pelas dez horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429, na cidade do Porto, a Assembleia Geral da «GOLDEN ASSETS - SOCIEDADE GESTORA DE PATRIMÓNIOS, S.A.», titular do número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 502 538 430, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros), com a seguinte ordem do dia: _____

Um - Deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço e contas do exercício de dois mil e treze; _____

Dois - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; _____

Três - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; _____

Quatro - Política de remunerações dos órgãos sociais. _____

Encontravam-se presentes ou representados todos os acionistas da sociedade, tendo estes assinado a lista de presenças e ficando o respectivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente ata. Encontravam-se, ainda, presentes os membros do Conselho de Administração, Drs. João Carlos de Magalhães Correia de Matos, Sérgio Ferreira da Silva e Alexandre Miguel Canelas Sampaio Mota. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente ata, nos termos do artigo 63º do Código das Sociedades Comerciais. _____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pelo Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas. _____

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos acionistas presentes detentores da totalidade do capital social de se reunirem em assembleia geral universal, ao abrigo do disposto no artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013, os quais foram colocados de seguida em votação e aprovados por unanimidade. _____

O segundo ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. João Carlos de Magalhães Correia de Matos: «Propõe-se que os resultados líquidos positivos do exercício no valor de 10.341,24 €, tenham a seguinte aplicação: Reserva legal (10%): 1.034,12 €; Resultados transitados: 9.307,12 €». _____

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do terceiro ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Vogal do Conselho de Administração, Dr. Sérgio Ferreira da Silva, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os atos de gestão mais relevantes

GOLDEN ASSETS - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.
Avenida da Boavista, 3521, Sala 108 (Edifício Aviz)
4100-139 PORTO CAE: 65230 NIF: 502 538 430
Mat. 55 541 de 2000.03.23 em PORTO Cap: EUR 500.000

ACTAS

verificados no exercício em análise. Ainda no âmbito do presente ponto da ordem de trabalhos, ^{Folha}
o Presidente do Conselho de Administração efetuou uma apresentação acerca do projeto de 47
concentração na Golden Actives - SGPS, S.A. de todas as participações sociais da Golden
Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., projeto esse que será submetido a autorização
do Banco de Portugal antes da sua concretização. De seguida interveio o acionista Dr. Fernando
Jorge de Sousa Cruz Pereira que apresentou então a seguinte proposta: _____
«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e
fiscalização desta sociedade», a qual foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. —
O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Tomou
então a palavra o acionista Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, o qual apresentou a
seguinte proposta: _____
«Proponho que seja aprovada a Política de remunerações constante em documento anexo à
presente ata e que dela faz parte integrante». _____
Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por
unanimidade. _____
Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das dez horas e
cinquenta minutos e, para constar, dela se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser
assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade. _____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



O Secretário,

